



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 28 DE FEVEREIRO DE 2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Bom dia a todos e a todas.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 1ª audiência pública semipresencial desta Comissão, do ano de 2023.

Esta audiência tem como tema as metas fiscais do 3º quadrimestre de 2022, com o objetivo de cumprir o disposto no artigo 9º, § 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo, através do endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela TV Câmara São Paulo, no canal digital 8.3, e também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para esta audiência pública está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 10 de fevereiro de 2023 e também foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo*, no dia 10 de fevereiro de 2023, e *Folha de S.Paulo*, no dia 24 de fevereiro de 2023.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 08 de fevereiro de 2023, no endereço: www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual, e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário Municipal da Fazenda.

Foram convidados para esta audiência: o Secretário Municipal da Fazenda, Sr. Ricardo Ezequiel Torres, que está acompanhado do Subsecretário do Tesouro Municipal, Sr. Henrique de Castilho Pinto; o Subsecretário do Orçamento, Sr. Fabiano Martins de Oliveira e da Chefe da Assessoria Econômica, Sra. Claudia Bice Romano; Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município, Dr. Eduardo Tuma, que está representado pelos Srs. Adriano Cremonesi, Philippe Duchateau, Marcos Thulyo Torreão Tavares, que está de forma *on-line*; e a Sra. Zilma Ferreira dos Santos.

Também foram convidados os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a sociedade, em geral.

Já conosco, de forma *on-line*, a Vereadora Cris Monteiro, membro da nossa Comissão. Bem-vinda, Vereadora.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Bom dia, Presidente.

É um prazer estar com o senhor e com todos os demais participantes desta audiência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu já vou explicando para a Vereadora, que está conosco pelo primeiro ano – e que muito nos honra.

A nossa dinâmica, então, é ouvir o Secretário. Eles vão fazer uma exposição. Em seguida, o Tribunal de Contas do Município se manifesta. Aí, nós abrimos para as inscrições e quanto à fala dos Vereadores, vamos revezando. Obviamente, ouvimos umas dez, doze inscrições, primeiro. Ouvir a população. Pode ser assim, Vereadora Cris?

A SRA. CRIS MONTEIRO – Está perfeito.

Vou seguir a sua liderança. O senhor é um homem mais experiente que eu. Então, eu vou me curvar à sua sabedoria.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nem tanto. Muito obrigado, Vereadora.

Então, passo imediatamente a palavra, para suas colocações e exposições, ao Sr. Secretário Ricardo Ezequiel Torres. Tem a palavra, Secretário.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Bom dia a todos.

Presidente, eu quero dizer que, antes de tudo, é uma honra poder comparecer, nesta data, a esta Casa de Leis, que é o verdadeiro titular do Orçamento municipal, porque é representante do povo.

Então, eu queria agradecer, Presidente Jair Tatto, a oportunidade e, na verdade, no cumprimento do meu dever de estar aqui, presencialmente, falando à Comissão de Finanças e Orçamento.

Nesta oportunidade, também, cumprimentar os Vereadores que a integram: Paulo Frange, Rute Costa, Roberto Tripoli, Danilo do Posto, Rinaldi Digilio, Atílio Francisco, Isac Félix e a Vereadora Cris Monteiro, que já vi pela tela; além, evidentemente, de todos os demais nobres

Vereadores que vão acompanhar a sessão no cumprimento, também, dos seus deveres de representação popular.

Como o Presidente já sinalizou, o objetivo da nossa presença, hoje, é falar do cumprimento das metas fiscais em observância à Lei de Responsabilidade Fiscal, que lá em seu artigo 9º, § 4º, estabelece a obrigação do titular da unidade da Secretaria de Fazenda do Município estar presente para expor o cumprimento das metas.

E a nossa apresentação vai – só por uma questão metodológica – se guiar em três grandes tópicos. O primeiro deles trata da receita. Na sequência, faremos uma exposição sobre a despesa. E ao fim, ao cabo, a questão dos resultados, que será apresentada, de forma mais detida, evidentemente após a exposição desses tópicos iniciais que dão base a ele.

Então, queria agradecer também a presença dos membros do Tribunal de Contas do Município. Inclusive, registrar a presença do meu ex-colega, a quem eu tive a honra de poder suceder – não logo na sequência, mas logo após que veio o Guilherme –, que é o Philippe Duchateau, e também o representante do Tribunal de Contas do Município, que falará aqui. E, evidentemente, a nossa equipe – a nossa assessoria, os três Subsecretários que nos acompanham, o Secretário-Adjunto da Fazenda e a nossa Chefe da Assessoria Econômica. E, evidentemente, representando a gestão do Prefeito Ricardo Nunes, que me deu a honra e a oportunidade de titularizar esta função no exercício das atribuições dele.

- Orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Sem mais delongas, partindo para o tópico das receitas, eu acho que a projeção já está colocada para os senhores. Senão, vou pedir para que seja projetada, para o acompanhamento por todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Só informando, então: conforme foi lido aqui, ao fim da fala do Secretário e da exposição, encerraremos as inscrições, O.K? E as inscrições já estão abertas.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Então, vamos lá.

Então, como eu disse, o relatório é da gestão fiscal, acumulado no 3º quadrimestre de 2022. Em verdade, o encerramento do exercício de 2022, o último relatório, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O objetivo, como já destacamos, é demonstrar o cumprimento das metas estabelecidas em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Este é o fundamento da nossa exposição, a razão que nos traz aqui.

Como eu disse, o primeiro grande bloco é o bloco das receitas. Vamos a elas.

O primeiro grande quadro da receita diz respeito à receita consolidada. E é possível observar a divisão por categoria econômica, entre receitas correntes de capital e intraorçamentária. E, ao final, no segundo campo, a variação nominal em referência aos anos de 2020/2021 e 2021/2022. O que nós podemos observar nesse quadro, o objetivo é diagnosticar isso, é que há um incremento das receitas correntes da ordem 16,2 nominal, que corresponde, aqui. E aí, nós procuramos abrir a apresentação das receitas, para demonstrar que uma parcela expressiva dessas receitas correntes, do incremento que ocorreu, está relacionada a uma receita não-recorrente, especialmente nos exercícios de 2020/2021, e também um pouco em 2022. É a terceira linha, receita não-recorrente dentro das receitas correntes.

Em 2020, fundamentalmente, isso está relacionado aos repasses com a pandemia de Covid-19; o incremento com a venda de folha de pagamentos da Prefeitura de São Paulo e receitas relacionadas à concessão da Zona Azul.

Em 2021, a Prefeitura Municipal de São Paulo, com autorização deste Legislativo Municipal, procedeu com um PPI, que também incrementou substancialmente, aqui, o volume de receitas. E esse ano, ainda, de 2021, contava com transferências relacionadas à Covid-19, de modo que essa receita não-recorrente robusteceu os cofres da Administração.

É possível observar que, em 2022, o mesmo comportamento não se apresenta. Há uma redução da receita não-recorrente, o que nos faz ter sempre atenção com o incremento da receita, por conta de, evidentemente, como ficou demonstrado, algumas receitas não-recorrentes

serem, como o nome já diz, esporádicas.

Um destaque, também, especial, no que diz respeito à receita intraorçamentária. Os senhores podem observar um incremento importante da ordem de 141.4%, relacionado fundamentalmente aos efeitos da reforma da Previdência, que estipulou várias obrigações para o ente público, no cumprimento de deveres em relação à Previdência Municipal. Portanto, a Prefeitura tem custeado, com a Lei Patronal Adicional de 6%, nas áreas de saúde e educação. Uma alíquota extraordinária também, que dura por quatro anos, relacionada aos fundos de previdência, que foram instituídos e o incremento da transferência de Imposto de Renda dos servidores. A Administração Municipal buscando contribuir para um projeto de Previdência dos servidores públicos, com o abastecimento de receitas presentes para esta finalidade.

Então, esse primeiro quadro demonstra o incremento da receita e a atenção para os pontos de uma parcela não-recorrente dela ter sido verificada nos exercícios anteriores. E esse incremento, relacionado à receita intraorçamentária, relacionada à reforma da Previdência.

Próximo quadro, por favor. Bom, esse segundo *slide* traz um panorama das receitas correntes. E é possível observar a divisão por espécie dentro da categoria econômica de receitas correntes entre impostos, receita de contribuições patrimonial, de serviços, de transferências e outras receitas correntes.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Um minuto. Parece que perdemos a conexão. Isso tem ocorrido, viu, Sr. Secretário? Outros também passaram maus bocados. Aquela vez, demorou “só” uma hora e meia para reconectar (Risos). O problema é que é audiência pública e prejudicamos vocês que estão aí, assistindo.

Vereadora Rute Costa, membro da nossa Comissão, venha para a Mesa, por favor. Perdemos a conexão, o Secretário estava fazendo a exposição. Os telões não funcionam, mas aqui, conosco...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Mas aí, se é uma audiência pública, fica prejudicado. Vocês não vão conseguir ver.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vamos ver, o cafezinho está chegando (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, reestabelecido o sistema. Então, vamos seguindo.

Anuncio, novamente, a presença da Vereadora Rute Costa, agora com todos os sinais restabelecidos. Muito obrigado, Vereadora.

Pode seguir, Sr. Secretário.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Obrigado, Presidente. Vamos adiante.

Então, o segundo tópico que tratávamos dentro do campo da receita, é um maior detalhamento das receitas correntes. Aqui, como eu dizia, fica evidenciado cada espécie de receita corrente dentro dessa categoria econômica.

E o objetivo especial de abirmos em relação à receita de impostos, taxas e contribuições de melhoria, entre o principal, multas e juros, é evidenciar os efeitos do PPI do ano de 2021, que também se espraiam para o exercício de 2022, com destaque ali para um incremento, como os senhores podem ver, na terceira linha, da arrecadação da ordem de 3 bi, 720; e 2.546, respectivamente, nos anos de 21 e 22, em razão deste incremento relacionado ao PPI. O efeito foi sentido em 21 – 117,5% de incremento – e uma certa estabilização, na verdade, uma certa redução, porque os efeitos principais se verificam no exercício de 21.

Aqui, é importante destacar também, um pequeno incremento das receitas de contribuições, o destaque fundamental também, a reforma da Previdência, com a contribuição dos servidores. E a receita patrimonial também teve um volume expressivo pela implementação de uma política de austeridade da Administração, pela cobrança do uso do viário – mais do que isso, o Programa de Desestatizações, que nesse exercício de 2022 amealhou um valor de recurso bastante expressivo com a concessão dos serviços cemiteriais e funerários da cidade. E também as aplicações financeiras, fruto das disponibilidades de caixa. Então, esse é o destaque para receita de ordem patrimonial que teve um incremento da ordem de 202%. Partimos de 1.720 bi para 5.206.

As receitas de transferências mantiveram-se dentro do padrão do incremento. E há um incremento de outras receitas correntes e o destaque fundamental que fazemos para esse volume, um acréscimo de 63% relacionado à cobrança de multas que ficaram represadas no período da pandemia de Covid-19. Então, esse é um panorama das receitas correntes, nós verificamos uma situação financeira em progresso do ingresso de receitas, fundamentalmente também em virtude da condução administrativa que a gestão do Prefeito Ricardo Nunes tem feito, com a concessão de serviços públicos, desestatização e também bom uso dos recursos em caixa. E mais do que isso, a implementação de cobrança pelo uso do viário para fazer frente às despesas que esse tipo de atividade gera para a cidade.

Próximo *slide*, por favor. Aqui, dada a relevância da receita tributária no contexto das receitas correntes, o objetivo é detalhar por fonte de arrecadação, por tipo de tributo, a bem da verdade, como foi a evolução das receitas de origem tributária. Portanto, esse é o conteúdo do *slide* que trata desse tópico. A primeira delas é a do IPTU, é possível verificar o incremento da ordem de 11.9, em termos nominais, isso representa em termos reais 5.8%. Aqui, vemos refletida uma expansão real da arrecadação desse tributo, a despeito da Administração seguidamente ter feito reajustes no valor abaixo do montante da inflação. Mostra a pujança da arrecadação desse tributo em uma cidade do porte de São Paulo.

Da mesma forma, o ISS tem uma expansão nominal da ordem de 16.6, e real da ordem de 10.2%. Foi aqui, no campo das receitas tributárias próprias, o principal incremento de arrecadação saindo dos 21.650 bi, em 2021, para 25.242. Aqui, a expansão real se diz na expansão da atividade de serviços, a economia passa evidentemente por um processo de transição focado em uma economia de serviços e o tributo municipal tem refletido isso no âmbito da nossa cidade, que além de um grande mercado consumidor de serviços, também centraliza boa parte da atividade econômica nesse setor.

O ITBI tem uma pequena variação. Na verdade, uma variação da ordem de 10%, que é fruto de um cenário muito positivo no exercício de 2021. Então, houve uma arrecadação atípica no ano de 2021, obviamente não se repete em 22, e por isso vemos a redução, mas também por

questões de ordem econômica. Fundamentalmente, temos um aumento da Taxa Selic, que torna mais atrativos os investimentos relacionados a ela do que propriamente aos imóveis. E, também, um efeito inflacionário importante relacionado ao ITBI.

Os repasses relacionados ao Imposto de Renda dos servidores traduzem uma valorização da política em relação aos servidores. A gestão do Prefeito Ricardo Nunes se empenhou em ampliar as contribuições – na verdade, os pagamentos realizados aos servidores têm um processo amplo de valorização. Isso está relacionado, portanto, está refletido na receita de Imposto de Renda, que é um incremento do que é a remuneração, o sujeito paga mais.

O Fundo de Participação dos Municípios, um incremento da ordem de 27%. Não é tão expressiva essa receita, mas é importante destacar que ela se deve ao acréscimo na arrecadação federal também. Afinal de contas, esse é um produto de repasse da União para os municípios.

O repasse de ICMS apresenta uma certa estabilidade, na verdade, não houve um crescimento real, ou um crescimento real dependendo da forma como se afere quase nulo.

E aqui, o que a gente vê refletido é uma série de políticas de redução desse tributo no plano dos Estados, em função dessa situação econômica que o país enfrentou. Portanto, há uma certa estabilização no repasse do ICMS.

Em contrapartida, o IPVA, em razão do aumento da venda de veículos na cidade de São Paulo também de uma valorização expressiva do valor dos veículos da ordem de quase 22,5% no ano passado, houve um incremento substancial da ordem de 20% das receitas repassadas, transferidas do Estado, a título de IPVA.

Esse é o cenário da receita de origem tributária, de forma mais detalhada aqui, dada a relevância delas no contexto das receitas correntes.

Esse *slide* foca a receita sob a ótica da categoria econômica de capital. O que é possível observar? Em relação às operações de crédito, há uma pequena diminuição do volume. Os R\$ 103 bi estão relacionados fundamentalmente ao empréstimo do BID para o custeio de alguns investimentos na área de saúde, também o programa de modernização tributária que a

Secretaria da Fazenda desenvolve com recursos federais, objeto do empréstimo.

No campo das transferências de capital, nota-se um pequeno acréscimo, especialmente em virtude dos repasses do Estado. Relacionado ao fundo de saneamento, houve um incremento das receitas transferidas a essa finalidade; e, no tocante à União, uma pequena queda, porque cessaram, em certa medida, as transferências relacionadas ao período pandêmico.

Em relação às outras receitas de capital, um pequeno acréscimo da ordem de 10% relacionado a operações urbanas e à emissão de Cepacs da Operação Água Espreada, no ano passado. Isso gerou um incremento na receita de capital da ordem de 10%. Esses são os principais itens de acréscimo.

Como eu disse, o objetivo era dar uma visão geral, um panorama, das arrecadações do Município, destacando, aqui, os grandes grupos de categoria econômica e especificando em relação à receita tributária, que é mais expressiva.

Acho que, de modo geral, o que se pode destacar é que se vê o reflexo na arrecadação de um ambiente econômico favorável, tributos de titularidade da competência municipal sendo bem geridos e arrecadados, dentro, evidentemente, de um contexto de justiça fiscal, em que não há um acréscimo tão grande dos valores cobrados da população, sempre com o repasse abaixo do valor da inflação; e, portanto, uma situação econômica financeira positiva no campo das receitas, que agora vai ficar atestada sobre a forma como o município tem lidado no campo das despesas.

E agora, o segundo grande bloco, que diz respeito às despesas. O primeiro dos quadros diz respeito à despesa em uma perspectiva consolidada, e aqui é possível identificar a divisão também por categoria econômica, entre despesas correntes e de capital, e o que se verifica é um incremento das despesas correntes da ordem de 20%, saltando dos R\$ 66,6 bilhões do exercício de 2021 para R\$ 80,51 bilhões no exercício de 2022.

Uma ampliação das despesas correntes diz respeito às atividades habituais da Administração, ou ao aumento das atividades no contexto da prestação de serviços públicos nas

principais áreas – saúde, educação. A despesa corrente retrata isso.

A despesa de capital, também digna de nota, mostra a capacidade de investimento que o cenário financeiro no município tem permitido. Houve um incremento expressivo da ordem de 55%, saltando de um patamar de despesas de capital de R\$ 6,8 bi para R\$ 10,6 bi. Então, a Administração, que arrumou a casa e procurou fazer todas as reformas necessárias para ter volume de recursos suficientes, começa já a demonstrar, no exercício de 2022, uma aceleração, relacionada aos investimentos, bastante expressiva, da ordem de 55%.

Isso é o que denota o nosso quadro para as despesas consolidadas em uma primeira análise.

Despesas correntes empenhadas: aqui, o foco é demonstrar como se comportou o cenário das despesas correntes ao que me referi e fica evidente, também, um incremento. Agora, a divisão é feita por pessoal e encargos e a distinção entre ativos e inativos é para demonstrar, de forma cabal, como o processo de valorização dos servidores, que redundou no aumento dos seus recebíveis, tem impactado.

Mais do que isso, a contribuição patronal exercida pela Administração em favor dos servidores, em favor da previdência dos servidores, contribui mais do que os 17,2% do acréscimo na despesa de pessoal: em 22%, como está destacado em relação aos ativos. Os inativos contribuem com 9,8% do valor global de 17,2% de acréscimo.

É importante destacar, também, no campo dos juros e encargos da dívida, que é possível ver uma redução substancial. Os senhores podem observar que o que se gastava em 2021, da ordem de R\$ 880 milhões, foi reduzido para R\$ 162 milhões, uma redução nominal de 81,6% nos juros e encargos da dívida.

Isso se deve à frutífera renegociação da dívida relacionada ao Campo de Marte, levada e feita pelo Prefeito Ricardo Nunes pessoalmente, com o apoio evidentemente desta Casa de Leis, com o Governo Federal à época, para que a dívida fosse extinta, mediante um acordo que resultou não só em benefícios traduzidos para a Administração Municipal, mas também para Administração Federal, que ficou com parte daquele imóvel.

As outras despesas correntes têm crescido, como o quadro final demonstra, da ordem de R\$ 38 bi para R\$ 47,8 bi, um acréscimo de quase 26%, então.

Por isso que a gente sempre quer demonstrar que a Administração tem realizado todos os esforços para poder prover políticas públicas eficientes na ponta para a população que paga os seus tributos, mas com a preocupação com a austeridade fiscal de não haver nenhum desequilíbrio orçamentário, garantindo que essa situação se perenize por essa e por outras administrações, como manda a nossa Lei de Responsabilidade Fiscal.

Esse é o quadro das despesas correntes empenhadas, com destaque em relação às outras despesas. É importante notar, até confirmando a tese que eu coloco aos senhores, um acréscimo em valores nominais de R\$ 2 bi com gastos na área de saúde, de R\$ 1,7 bi com o subsídio do transporte. O Prefeito Ricardo Nunes tomou a decisão de manter o patamar da tarifa congelada, de modo que a gente vem verificando, ao longo do tempo, um crescimento das despesas com o subsídio.

Além disso, uma contribuição expressiva da Prefeitura Municipal foi da arrecadação de tributos para a aposentadoria do servidor da ordem de R\$ 2,6 bi, que foi a transferência do Imposto de Renda retido na fonte para o IPREM, e de R\$ 1 bi na área de educação. Portanto, as áreas fundamentais, fundamentalmente atingidas, todas elas beneficiadas, e a previdência do servidor garantida.

Despesas de capital empenhadas: aqui, fica evidenciado, de forma mais clara, o acréscimo dos investimentos no contexto das despesas de capital, que saltaram de R\$ 3,8 bilhões em 2021 para R\$ 8,8 bilhões em 2022. Ou seja, R\$ 5 bilhões a mais, uma valorização nominal de 131,2%.

Nesse quadro das despesas de capital, é possível identificar o impacto da renegociação do Campo de Marte na negociação da dívida. A gente viu, no *slide* anterior, que os juros da dívida foram substancialmente baixados e aqui também a amortização da dívida se traduz em uma redução da ordem de 53,3%.

Ainda há um certo volume de recursos relacionados à amortização da dívida por

conta do mecanismo do pagamento de depósitos judiciais, quando a Administração Municipal perde. Então, a rubrica impactada no campo da despesa de capital é essa.

Esse é o quadro da despesa de capital.

Pode seguir, por favor.

E agora, por fim, ainda no campo da despesa, uma demonstração da situação dos Restos a Pagar. Muito brevemente, porque os Restos a Pagar são despesas realizadas e processadas, ou não, que remanescem no exercício posterior, em 31/12/2021; nós tínhamos 7,5 bi. Houve um valor expressivo de pagamentos no exercício de 2022, um certo volume de cancelamentos e um pequeno saldo de Restos a Pagar que restou do exercício de 2022, acumulado com os do próprio exercício de 2022, que redundam em um montante de 10,2 bi, ao final do ano.

É importante dizer que, evidentemente, esse número, neste momento, já deve estar bastante inferior, porque a liquidação está ocorrendo e o pagamento está sendo feito, mas é evidente também que isso se deve a um volume expressivo de investimentos que ficou demonstrado e à intertemporalidade no pagamento e na execução orçamentária desse gasto.

A administração tem envidado todos os esforços para fazer investimentos e, todos sabem, investimentos exigem bastante esforço da Administração em relação a procedimentos licitatórios, em relação à dinâmica com os órgãos de controle para aprovação das propostas de contratação que a Administração faz. E isso entra e fica evidenciado na dinâmica do ciclo orçamentário, com certo volume de Restos a Pagar, para que nesse exercício de 2023 possam ser saldados.

Esse é o cenário do segundo grande bloco, em que a gente evidenciou os principais itens da despesa, com foco para as categorias econômicas e para o fluxo financeiro que a Administração tem enfrentado.

E agora, ao fim, o terceiro grande bloco. É o que trata dos Resultados em consonância com o artigo 9º, § 4º da LRF.

Pode passar, por favor.

Resultados. E agora, enfim, o Resultado Orçamentário Consolidado. Ele traz, na perspectiva das receitas e das despesas, o que foi o orçamento com as respectivas atualizações no curso da execução, tanto no campo da receita quanto da despesa, no exercício de 2022, e, os senhores podem observar que logo na sequência, a segunda coluna depois do orçamento atualizado, tem o que foi efetivamente realizado.

A receita sofreu uma valorização por excesso de arrecadação, saindo dos 82,7 bi, que havia sido inicialmente estimado no Livro Orçamentário Anual, atingindo, verificadamente pela Fazenda, 91,044 bi de previsão de atualização já do orçamento e o que foi realizado efetivamente são 92,593 bi, no curso do exercício anterior.

Da mesma forma, no campo das despesas – e isso vai ficar claro mais adiante, pela meta de resultado que se propôs a Administração trazer – havia uma estimativa, um orçamento atualizado em um montante de 101,250 bi, que foram disponibilizados praticamente, integralmente, apenas 3 bi de diferença para o que foi efetivamente disponibilizado para gasto pelas unidades e o gasto acompanhou também um volume expressivo, como ficou demonstrado, de realização, de empenho, no exercício 2022, um montante de 91,088 bi.

Isso trouxe um resultado do período de 1,5 bi, que é o confronto entre as receitas e despesas. Nesse exercício, o que existe é esse número: 1,505 bi de diferença de resultado entre receitas e despesas arrecadadas. E, como disse aos senhores, em um campo o orçamento atualizado e no campo do realizado, esses valores demonstrados: 1,505 bi.

Mais adiante vai ficar evidente a questão das Metas Fiscais, que é o objetivo do *slide* seguinte. Por favor, Resultado Primário e Nominal – dezembro de 2022. Esse quadro traz uma análise das receitas e despesas e do atendimento aos Resultados Primário e Nominal, como exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A Administração Municipal tinha se proposto, na meta fixada na LDO, na linha Meta Fiscal Anual definida na LDO, a ter um déficit de –1,338 bi. Na verdade, é um déficit de 1,338 bi, uma diferença entre receitas e despesas nesse montante, porque a saúde financeira do município, como ficou demonstrado, está bastante adequada, de modo que se é possível

estabelecer uma meta de déficit, não por falta de condições financeiras, mas por uma necessidade de avançar com as políticas públicas, como eu disse, em um espaço de tempo sustentável. Por isso, a meta de –1,338 bi é exatamente a demonstração de que há um objetivo, tendo recursos em caixa, de fazer esse gasto de forma sustentável.

De todo modo, esses dois anos, como ficou evidenciado, foram anos de arrumar a casa. Foram feitas reformas importantes, investimentos importantes para projetos que vão se alongar nos próximos anos e o resultado foi atingido – quer dizer, tivemos no confronto primário entre receitas e despesas, 4,8 bi, dentro, portanto, da meta de déficit de –1,3, mas temos que avançar, fica evidente, para os próximos exercícios.

O resultado primário exclui o resultado financeiro. Esse é inclusive o conceito, tirando juros, alienação de bens, amortização, enfim, uma série de itens relacionados à área financeira da Administração, mas também para a área financeira, é a próxima meta estabelecida, há uma meta de resultado nominal, aqui, prevista em 4,254 bi negativo, também atingido. Se somar o resultado financeiro, 6,490 bi foi o resultado nominal da Administração, dentro, portanto, ambos, da meta.

É importante destacar que a Administração tem promovido um esforço para fazer investimentos e, para mais do que isso, promover melhoria para a população por meio de políticas públicas e, por isso, a decisão orçamentária de trabalhar com déficits nas metas. Déficits que, como eu disse aos senhores, são sustentáveis se analisados na perspectiva de tempo dos investimentos que têm que ser feitos e, mais do que isso, com bastante segurança em relação a eventuais oscilações na receita, que são bastante variáveis, e ao crescimento expressivo no campo das despesas correntes, como ficou evidenciado aqui, nos últimos anos.

Esse *slide* tinha como objetivo traduzir o resultado primário e nominal, que é o objetivo central da nossa exposição. Eu vou pedir para passar para o próximo, por favor.

Aqui, como nos impõe a lei, a demonstração da observância dos limites sobre a receita corrente líquida, basicamente três indicadores fundamentais. Na última linha, o apontamento da receita corrente líquida para fins de aferição desses limites. O limite das

despesas com pessoal sobre a RCL, estabelecida em limite máximo para 60% e prudencial em 57, está plenamente atingido, 30,22.

É evidente que não estão contabilizados os gastos com pessoal, relacionados aos contratos de gestão.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Permita-me uma interrupção. Todo ano, nós vamos ter um dia esse gasto com as terceirizações para chegarmos?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Presidente, isso é possível se aferido...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – E essa parte, eu nunca resisto, porque nós estamos usando a metade do limite prudencial há anos na cidade de São Paulo, então... E todos vocês, claro, com objetividade, colocam que, obviamente, as terceirizações, hoje, estão inclusas. E eu não resisti esperar o meu momento.

Vocês têm um dado para nos dar?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Isso está evidenciado nos demonstrativos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O que representa o repasse, vamos dizer, aos funcionários terceirizados, em quanto chegamos?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – O percentual chega próximo do limite de alerta da Administração, que é 48.7.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Então, nós estamos com 48? Podemos já fazer essa correção?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Esse número pode ser passado com mais precisão pela assessoria, tirado dos nossos demonstrativos que também evidenciam isso, mas...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Desculpe a interrupção. Então, chegaríamos em 48...

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Muito próximo do alerta para o Executivo relacionado aos gastos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Desculpe a interrupção.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – É importantíssima a intervenção do

Legislativo, porque é o papel dele. Além de aprovar o orçamento, ele é o titular fundamental a acompanhar a execução dele.

É importante destacar que esse número aumentou especialmente pela política de valorização dos servidores no último ano, com uma série de leis aprovadas por esta Casa de leis, inclusive, melhorando as condições dos servidores e permitindo que a Administração, neste ano, tenha uma política de novos concursos que sairão ao longo do ano, buscando robustecer os quadros da Administração Municipal.

É importante dizer que é exatamente esse quadro, esse cenário financeiro positivo é que tem possibilitado que as carreiras de Estado tenham sido prestigiadas não só na remuneração, mas com acréscimo de novos servidores.

A SRA. RUTE COSTA – Peço pela ordem.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Pois não, Vereadora.

A SRA. RUTE COSTA – Desculpe interromper, mas realmente foi um dos objetivos sobre os quais esta Casa Legislativa se debruçou para a melhora do funcionalismo, tanto no salário quanto na programação de um plano de carreira, e vários deles aprovados por nós, não é, Jair?

Foi feito nessa direção, até com a anuência e a ajuda do Prefeito Ricardo Nunes. É claro que a gente, quando fala de um montante assim, assusta, mas quando a gente pensa que são esses funcionários que fazem a máquina da cidade girar, então é pertinente e é importante também a valorização desses funcionários por parte da política pública.

Obrigada.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Eu que agradeço, Vereadora, e a gente fica muito satisfeito de ver a atuação do Parlamento nesse sentido, essa integração Executivo e Legislativo, em prol da execução orçamentária, em favor da Administração e, especialmente, notadamente, da população de São Paulo. Foi a dinâmica que norteou a atuação nos últimos anos, especialmente nesse que se encerrou e que está traduzida em resultados.

- Orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Bom, os outros indicadores relacionados à RCL são a garantia de valores. O limite definido pela resolução do Senado é da ordem de 22%. A gente praticamente não tem garantias, por isso o índice está zerado. O limite definido por resolução do Senado para as operações de crédito, 16%; 0,12. Então, o endividamento do Município, como vai ficar evidente na próxima linha, especialmente em função do pacto estabelecido em relação ao Campo de Marte, que foi um esforço coletivo do Prefeito Ricardo Nunes e de todos os vereadores desta Casa. Também os limites da dívida estão bastante atingidos, como a gente verá no próximo *slide*.

Bom, então o objetivo é demonstrar que os limites em relação à receita corrente líquida, que estipulam... são articulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal, estão plenamente atingidos.

Por fim, um quadro que trata da dívida consolidada líquida, e é possível ver de forma bastante clara o que foi o efeito da negociação do Campo de Marte. A dívida consolidada, ao fim do ano de 2021, era da ordem de 42 bi, especialmente a dívida contratual, 25.8. Aqui, notadamente, a questão do Campo de Marte consumia um volume expressivo de recursos mensais dos cofres públicos, da ordem de praticamente 280 milhões/mês. A renegociação permitiu abater a dívida, trazendo ela a patamares como esses que estão denotados aí, em dezembro de 2022, de 1.320 bi. Bastante expressivo, não é?

Há um incremento com precatórios, não só pelo ingresso de um volume maior de judicializações relacionadas à Administração, mas especialmente relacionado ao incremento da taxa de juros que remunera essa dívida, especialmente a Selic. Então, o incremento da Selic impacta no volume da dívida relacionada a precatórios.

Aqui, as deduções, em que fica evidenciada a disponibilidade de caixa um pouco superior em relação a 2020; de 2020 para 2021, 24 para 30 bi. Mas é importante destacar que isso possibilita um cenário atual de uma dívida negativa, quando observada a dívida em relação

às deduções, da ordem de 8.5 bi. É importante dizer que os restos a pagar, considerados nesse demonstrativo, são só os processados. Como os senhores viram, há um volume expressivo de restos a pagar para esse exercício de 2023, da ordem de 9.8 bi, o que demonstra que essa disponibilidade de caixa é bem inferior aos 30, é algo em torno de 20 e, desses 20, praticamente 14 são de receitas vinculadas a certas finalidades e investimentos de longo prazo.

Ou seja, a disponibilidade de caixa para fazer frente a pressões orçamentárias que a gente identifica como muito fortes, relacionadas ao subsídio dos transportes, relacionadas aos incrementos dos gastos nas áreas de saúde e educação, é o que faz com que a Administração mantenha uma perspectiva de extinção do caixa em médio prazo. O quadro da dívida consolidada, portanto, demonstra um cenário bastante positivo relacionado à dívida.

Outros indicadores nos campos inferiores da tabela. Precatórios anteriores à LRF não existem. Precatórios posteriores ainda não incluídos naquele volume de precatórios, é o mapa orçamentário de precatórios de 2023 – praticamente 3 bi são inseridos nesse ano. A diminuição do passivo atuarial do regime de previdência, em função da reforma, caindo de 170 bi – a maior dívida do Município, praticamente, com os seus servidores – para 120. E, aqui, um incremento dos restos a pagar processados, chegando à ordem de 11.3 bi. E a utilização dos depósitos judiciais, que nos é facultada pela Lei Complementar 151, tem sido feita, não na proporção dos 75%, mas de 70%.

Este é o quadro, portanto, que traduz o panorama da dívida do Município.

Próximo, por favor. Há um último *slide*.

O último *slide* tem o objetivo apenas de demonstrar o limite e a trajetória da dívida. Ele é bastante expressivo. Travou?

É um último *slide*, eu vou relatar para os senhores o conteúdo e em algum momento, se for possível projetá-lo, eu acho que ele dá uma dimensão muito clara dos esforços que as administrações sucessivas da municipalidade fizeram, mas especialmente esse último esforço relacionado à renegociação da dívida com a União, relacionada ao Campo de Marte.

Então, de forma bastante sintética, os patamares estabelecidos pela resolução do

Senado para limites da dívida são da ordem de 120%. Havia uma obrigação de que isso fosse, no exercício de 2016, equacionado. O Município tinha um volume de 182% de endividamento. Em metade do exercício de 2016, esse volume foi reduzido para um percentual da ordem de 97%.

E agora, como ficou demonstrado, também fruto dessa nova renegociação do patamar de 97% que a Administração tinha em 2016, com sucessivas quedas, o acordo com o Campo de Marte permitiu que a gente tivesse uma dívida negativa, como ficou demonstrado, da ordem de -10.81%, o que mostra a grande capacidade de investimento que a Administração Municipal conta para fazer investimentos estruturantes para os próximos anos.

Então, a hora que ficar projetado esse quadro, isso vai ficar evidenciado em um gráfico bastante elucidativo. É isso.

Senhoras e senhores, a minha exposição cessa por aqui. O objetivo, como eu disse, era trazer um panorama no contexto da LRF, do exercício de 2022, o relatório de gestão fiscal, e essa é a contribuição do Executivo Municipal para o debate público a respeito do orçamento.

Obrigado a todos pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Estão encerradas as inscrições.

Representando o Tribunal de Contas do Município, Presidente Dr. Eduardo Tuma, nós vamos ouvir o Thulyo. Thulyo, sempre difícil o seu... eu insisto em não usar os óculos, mas não tem jeito. Marcos Thulyo Torreão Tavares.

Quero anunciar a presença, de forma *on-line*, do Vereador Isac Félix.

Tem a palavra, Thulyo.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Bom dia, Presidente. Vocês me ouvem bem?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim, perfeitamente.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Obrigado.

Primeiro, peço desculpas pela minha participação que está de forma virtual, porque

estou com Covid-19 desde sexta-feira. O gabinete médico do Tribunal recomendou que a minha participação se desse de forma virtual, não presencial. Certamente, na próxima audiência estarei na Câmara, de forma presencial.

Cumprimento o Presidente, os Vereadores presentes, os colegas da Secretaria da Fazenda e também todos os munícipes que nos acompanham na audiência de hoje.

Gostaria de iniciar minha fala comentando que o Tribunal está em fase de finalização das auditorias que vão subsidiar o nosso relatório anual de fiscalização, o relatório das contas da Prefeitura, referente ao ano de 2022.

Para lembrar um pouco o cronograma desse processo, a Prefeitura deve entregar o balanço geral do exercício até o final de março. A auditoria conclui o seu relatório que, em seguida, é submetido ao Conselheiro Relator, no caso, o Conselheiro Roberto Braguim, para embasar o parecer prévio do Tribunal de Contas. Em seguida, esse parecer prévio segue para o julgamento na Câmara Municipal.

Sobre os resultados fiscais, referentes ao último quadrimestre de 2022, gostaríamos de tecer apenas dois comentários: o primeiro é em relação à baixa eficácia da metodologia utilizada na elaboração das metas fiscais; o segundo, é sobre os impactos do acordo do Campo de Marte, nas despesas com juros no caixa da Prefeitura e na dívida pública.

Também, ao final – como foi feito um comentário na fala do Secretário sobre o limite de despesas com pessoal – eu também gostaria de atualizar vocês como está esse tema.

Sobre o primeiro ponto, cumpre destacar que todos os anos, inicialmente, o Tribunal analisa o planejamento, que é o estabelecimento das metas fiscais na LDO, e aí, depois, a execução dessas metas.

A meta de resultado primário vem sendo sistematicamente superada com bastante folga pelo Município, nos últimos anos. Os nossos trabalhos no Tribunal avaliaram que esse descasamento decorre também de questões metodológicas no planejamento das metas que, historicamente, vêm sendo adotadas.

Nesse sentido, a superação das metas fiscais não é necessariamente uma boa

notícia se o planejamento das receitas e das despesas estiverem distantes dos valores que são observados na prática.

Por exemplo, no caso da projeção do resultado primário destacam-se algumas premissas que podem estar equivocadas e que vêm sendo utilizadas no seu cálculo. São elas: a expectativa de utilização de altos valores e superávits financeiros de exercícios anteriores como despesa primária; a não consideração de que pode haver o cancelamento de parcela relevante de resto a pagar inscritos no ano anterior; a previsão de pagamentos de investimentos acima da média histórica; e projeções subestimadas das receitas de impostos.

Conforme relatado pela auditoria de trabalhos que nós já fizemos e trouxemos as conclusões para a Câmara, a partir dessas premissas, a Prefeitura faz um cálculo que pode gerar metas fiscais negativas – como foi bem exposto pelo Secretário –, de modo que, ao invés de projetar um superávit fiscal, é previsto um déficit para o Município todos os anos, mesmo no cenário geral positivo para as finanças municipais.

Isso ocorre, pois, a meta estimada a partir de uma hipótese inicial de que todos os valores que a Prefeitura arrecadar no ano serão efetivamente gastos dentro daquele ano. Então, na sequência do cálculo é somada uma expectativa de novas despesas com base na utilização de recursos de anos anteriores, que é o superávit financeiro do exercício anterior, de modo que a despesa prevista acaba sempre ficando maior do que a receita, gerando a meta negativa. Essa é a metodologia que a Secretaria da Fazenda vem adotando para estabelecer as metas fiscais.

Ao contrário, se a Prefeitura tivesse considerado o histórico recente da arrecadação de impostos acima do previsto e de despesas abaixo do projetado, como é feito, por exemplo, na União, as metas fiscais provavelmente teriam sido definidas em patamares... (Falha na transmissão).

É importante... (Falha na transmissão) ...que o cenário da pandemia... (Falha na transmissão) ...bastante esse trabalho... (Falha na transmissão) ...realizado pela... (Falha na transmissão).

Também cabe destacar... (Falha na transmissão)

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Thulyo, nós estamos com problema. Está cortando a sua voz. Não sei se é questão de colocar um fone, aí.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Certo. Posso colocar um fone. Vamos ver se melhora. (Pausa) Só um momento.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Eu tentei até onde dava, mas chegou o momento em que nós não conseguíamos pegar. Nem lembro onde ele parou. (Pausa). Não ouvimos, Thulyo.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – O meu fone não tem microfone. Vocês ouviram até que parte?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Agora ficou difícil. Estava no superávit?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Acho que você precisa retomar o conceito geral sobre a questão metodológica.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Isso.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Vamos lá.

Eu estava dizendo o seguinte: nós, lá no Tribunal, a gente analisa tanto o planejamento das metas, na LDO, quanto agora a execução dessas metas.

Na análise desse planejamento das metas, nós encontramos problemas metodológicos. Por exemplo, a expectativa de utilização de altos valores de superávits financeiros de exercícios anteriores como despesa primária; a não consideração de que pode haver o cancelamento significativo de restos a pagar inscritos no ano anterior; previsão de pagamentos de investimentos acima da média histórica; e projeções subestimadas da receita de impostos.

Então, alguns problemas metodológicos que nós identificamos. Alguns já foram melhorados pela Secretaria da Fazenda, cumpre destacar, na LDO de 2023 para as metas dos anos futuros, mas, de qualquer forma, nós ainda temos alguns problemas nesse sentido de metodologia.

Acontece que quando a Prefeitura vai definir a meta, ela parte de um orçamento

equilibrado, receitas iguais às despesas. Depois, ela adiciona “despesas extras”, digamos assim, com a utilização de recursos de anos anteriores, que é o superávit financeiro do exercício anterior. De modo que a despesa acaba ficando sempre maior do que a receita, gerando a meta negativa.

Essa metodologia é diferente do que é adotado, por exemplo, na União. A União projeta as receitas, projeta as despesas e chega a uma meta que pode ser negativa ou positiva, a depender do cenário econômico do país, *etc.*

Então, o que a gente colocou é que existe um trabalho que pode ser feito... (Falha na transmissão) ...estabelecimento dessas metas.

Chegar, hoje, e falar que cumprimos todas as metas, *etc.* e está tudo perfeito... Na realidade, há alguns problemas metodológicos. Mas, também, fazer a ressalva de que o cenário da pandemia dificultou bastante esse trabalho de projeção que é realizado pela Secretaria da Fazenda, que é importante para o estabelecimento das metas. Por outro lado, também cabe destacar que, em 2022, foi observado uma aceleração de certas despesas, como o Secretário colocou na fala dele, citamos como exemplo algumas despesas que aumentaram. Despesas com transferências para entidades privadas sem fins lucrativos, as organizações sociais, principalmente, as despesas relacionadas à Saúde e Transporte. Além disso, nos últimos meses de 2022, ocorreu um aumento nos pagamentos de alguns investimentos, especialmente, na área de Urbanismo. Esse foi do lado do aumento das despesas, algumas despesas que aumentaram conforme o Secretário comentou.

Sobre o segundo ponto de destaque, que é relacionado ao Campo de Marte. Então, com o encontro de contas relativo ao acordo do Campo de Marte entre Município e a União, a dívida pública foi muito reduzida, atingindo um patamar abaixo dos recursos disponíveis. O que significa que se o Município em 31 de dezembro de 2022 utilizasse seu caixa para quitar toda a dívida remanescente, notadamente, a dívida de precatórios, ainda sobraria uma parcela de dinheiro em caixa.

O Campo de Marte também gerou um impacto nas despesas financeiras. As

despesas com amortização, juros e encargos da dívida, que tiveram, por sua vez, quedas expressivas de 2021 para 2022. Como também o Secretário mostrou. O cenário de forte arrecadação de impostos ao lado das receitas financeiras com essa já mencionada redução das despesas financeiras propiciou a manutenção de grandes volumes de recursos em caixa. Como esses recursos são direcionados para aplicações financeiras, o aumento da Taxa Selic em 2022 ocasionou um aumento importante na receita patrimonial do Município, que também colaborou para obtenção de resultados fiscais muito acima do que estava projetado na meta.

Por fim, uma vez que foi levantado essa questão do limite despesas com pessoal, eu só gostaria de informar que o Tribunal está acompanhando essa questão. O Tribunal, inclusive, orientou a Secretaria da Fazenda no início de 2022 para que os gastos com pessoal das OSs fossem corretamente considerados os demonstrativos das despesas com pessoal, conforme previsto na legislação vigente daquela época, do ano passado. Contudo, posteriormente, houve um Decreto Legislativo do Senado Federal e a Prefeitura informou em nota explicativa que deixaram de considerar os valores referentes as outras despesas de pessoal decorrentes do contrato, a partir de janeiro de 2022, por conta desse Decreto Legislativo do Senado Federal. Desse modo, os demonstrativos deixaram de conter essas informações sobre as despesas com pessoal das OSs. Por isso que a gente viu o número do Secretário de 30,2% de despesa com pessoal, despesa em percentual da receita corrente.

Esse tema foi tratado na 33ª Câmara Técnica de normas contábeis realizada entre 25 de outubro a 27 de outubro, ou seja, muito recente. Alguns meses atrás, apenas. Se encontra, ainda, em análise pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, de modo que ainda não há uma posição oficial por parte da Secretaria do Tesouro Nacional que é responsável por essas normas contábeis.

Quando houver um posicionamento definitivo por parte desses órgãos competentes o tema será trazido aqui, novamente, pelo Tribunal e podemos retomar essa discussão. São essas as considerações iniciais do Tribunal de Contas do Município.

Sr. Presidente, espero que tenha sido possível ouvir minha fala. Permanecemos a

disposição. Boa audiência a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim. Segundo o Secretário, não houve prejuízo nas informações. Obrigado, Thulyo.

Vamos seguindo, passemos as inscrições: uma semipresencial, outra presencial.

De forma *on-line*: Sr. Ricardo Farias. (Pausa). Está ausente; Sr. Carlos Henrique Oliveira de Souza (Pausa). Está ausente; Sra. Raphaelly Cristine dos Santos Rodrigues (Pausa). Está ausente; Sr. Bruno Rogério Ferreira da Silva (Pausa). Está ausente; Sr. Eduardo Costa Carvalho (Pausa). Está ausente; Sr. João Luiz Albertino de Oliveira (Pausa). Está ausente; Sr. Rui Francisco da Silva (Pausa). Está ausente; Sra. Rosemeire (Pausa). Está ausente.

Sempre lembrando de que se alguém conseguir conectar, entrar posteriormente, permitimos a fala.

Sr. Elias Marcos Lopes (Pausa). Está ausente; Sr. Marcelo Paulo de Jesus (Pausa). Está ausente; Sra. Elisabete Cristina (Pausa). Está ausente; Sr. Daniel Gomes da Silva (Pausa). Está ausente; Sra. Ozana Conti (Pausa). Está ausente; Sra. Haydée Paixão Fiorino de Souza (Pausa). Está ausente; Sr. Walter Mastelaro Neto (Pausa). Está ausente; Sra. Ana Carolina de Souza Rodrigues (Pausa). Está ausente; Sra. Elizangela Rivell de Alcântara Lima (Pausa). Está ausente; Sra. Nely Oliveira (Pausa). Está ausente.

Das inscrições *on-line*, não consta ninguém conectado. Se alguém justificar que estava com problemas de conexão, nos comuniquem, que permitimos a palavra.

Inscrito presencialmente, o *Rapper Pirata*. Temos duas inscrições apenas. Em seguida, Vereadores e Vereadoras...

A SRA. CRIS MONTEIRO – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, Vereadora.

Com a palavra, o *Rapper Pirata*.

O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (*Rapper Pirata*) – Em nome do Vereador Jair Tatto, cumprimento todo o Legislativo; em nome dos funcionários da Câmara, a todos os funcionários públicos; e quanto ao genocídio da juventude pobre, preta e periférica, a todo

cidadão.

Rute, quero dar-lhe os parabéns, ouvir da sua boca, principalmente quanto a questão do partido, para mim... Ouvir as pessoas falarem sobre contratar funcionários públicos. As OSs estão com a metade do dinheiro e qual é o atendimento à cidade?

Quero chamar atenção a algumas coisas. Tudo bem que há o resta a pagar – vamos pagar, *etc.*, mas é muito alto. 10 bilhões de reais. Aí, a gente não pode esquecer: “ah, eu devo, mas eu pago quando quiser”. O resto a pagar tem um problema, que você pode até cinco anos e há gente que não recebe. Pode ser cancelada essa dívida. E é de se chamar a atenção: 10 bilhões de reais de transferência para o outro ano. Isso é muito alto. E, aí, não esquecendo que nós temos, em 2021, 26 bilhões de reais em caixa e ainda temos 29 bilhões de reais em caixa.

A administração do Ricardo Nunes tem umas paradas que eu bato palmas, que eu acho importante, mas acho que o Secretariado falha. Porque há muita grana e a gente não vê isso acontecer. E, aí, estamos falando de planejamento. A gente discute o orçamento, faz o planejamento com a sociedade civil e o Legislativo, só que quando chega lá, não é executado o planejamento que a cidade fez; é ignorado. Na área da cultura, é isso. Tudo o que foi escrito nas rubricas, que a gente fez, é ignorado. Fazem outras coisas. E aí, a gente pega o orçamento e não foi gasto.

Secretário, eu sei que é difícil para você, porque você é novo, a gestão é nova, e esse é outro problema também. O Corinthians só consegue ser campeão quando mantém o técnico. Quando fica tirando os técnicos, não adianta. Então, não sei se você terá tempo de fazer uma gestão diferente, porque você fala de austeridade, e é difícil ouvir essa palavra, porque o outro Secretário era corajoso. Ele dizia assim: “Há dinheiro em caixa”. E não era só fala dele, era do Ricardo Nunes também. “Temos dinheiro em caixa, precisamos ter ousadia de gastar”.

Aí, há um debate, que a gente ouve direto: “qual é o problema do dinheiro público?”. “Falta de funcionário”. Opa, Secretaria de Cultura tinha 3 mil funcionários, está com 700 funcionários; então funcionário público não é o problema, não é? O problema é outro. Acho que a gente tem que fazer uma gestão com mais qualidade, porque – para eu terminar – tudo o que

estou falando aqui, com dados, *etc.*, reflete nas ruas, e nas ruas, as pessoas querem violentar os cidadãos, porque estão empobrecidas, principalmente na Praça da Sé. Nas ruas, as pessoas ficam com medo do celular. Aí, a gente precisa mudar isso. E, aí, é só com investimento público, senão o restante aqui é só encontro psicológico. A gente tem que sair desse lugar, a gente tem que ter uma gestão ousada.

O Ricardo Nunes é uma gestão que não tem uma marca. É o mais louco. Acho que você poderia levar isso para ele: precisa ter uma marca. Qual é a marca do Ricardo Nunes? Não existe a gestão dele. Falam muito do Bruno Covas, mas o Covas já foi.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Deixa eu só acrescentar, até para ganharmos tempo, apesar de já estar estourando o tempo. Quando foi colocado pelo Pirata, dos restos a pagar, nós temos o valor de 1,5 bilhão – é isso? –, de 2020 a 2021, que eu gostaria que o Sr. Secretário identificasse como é que isso foi alocado. Estou falando de 2021, O.K? Considere-se 10,2 bi em 2022, e tem esse 2021. É isso?

Seguindo, Sr. Antonio Ferreira do Nascimento, da coleta seletiva.

O SR. ANTONIO FERREIRA DO NASCIMENTO – Bom dia para todos e também para o Secretário, que eu não conheço.

Não conheço ninguém aqui, dos que estão presentes na sessão. Agora, eu vou fazer uma cobrança da limpeza da cidade, que não está sendo atendida.

Eu vejo falar muito aí, eu vejo falar muito aqui. Venho não para agredir ninguém, mas está uma situação feia na cidade, em geral. Que a cidade que falam que é importante é São Caetano do Sul, que é uma cidade limpa, que a gente ouve falar. Aí, há o negócio da coleta seletiva, que não está sendo dada atenção. O Ricardo Nunes, eu votei nele e no Bruno Covas. Não está sendo dada atenção. A gente manda um ofício, não é atendido. Aí, você põe, nesta Casa, 55 Vereadores. Quando você vem e pede uma proposta, ninguém tem proposta para dar para ninguém. O carroceiro está abandonado. Quem cata papel é igual lixo, está abandonado.

Dentro daquelas caçambas de lixo das ruas da Vila Prudente, e vocês aqui, o que a gente vê passar na mídia. Todo mundo quer uma importância para a cidade, mas quem é que

está querendo fazer? Ninguém está querendo fazer.

Você vai, aí, como o rapaz estava falando, você vem aqui, é mal atendido, não há resposta das coisas que precisam ser feitas. Porque, se você trabalhar, não tem valor. E se não fizer nada, também não tem valor. Isso é o que eu queria falar.

Eu estou procurando o Ricardo Nunes. Faz tempo que estou procurando. Quando eu votei nele, mais o Bruno Covas, eu pensava que ele ia ter consciência por aquele voto que você deu para ele, e não foi atendido o voto que eu dei para o Bruno Covas e para o Ricardo Nunes. Isso é o que eu queria falar. Porque há muito material perdido na cidade, ninguém dá atenção, é um monte de lixo por tudo quanto é canto – estão entendendo? –, que isso deveria ser cuidado. É o que eu tenho que falar para vocês. Me desculpem por aquele voto que nós estamos dando para vocês. Estou batalhando 28 anos nesta cidade, e não estou sendo atendido; me desculpem.

- Assume a presidência a Sra. Rute Costa.

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Muito obrigada, Sr. Antonio. Com a palavra, a Vereadora Cris Monteiro.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Presidente Rute Costa. Obrigada a todos os que estão aqui conosco, hoje.

Eu tenho uma pergunta. Eu não me lembro qual foi o *slide*, Secretário, em que a gente coloca a arrecadação por categoria de impostos. E eu não notei, do ano de 2021 a 2022, o impacto com a redução do ICMS em função da questão da gasolina. Ao contrário – houve um aumento na arrecadação do ICMS. Eu queria entender o que aconteceu ali, se de fato não há esse impacto em 2022. E, agora, com a desoneração, se nós vamos ter uma arrecadação maior de ICMS? Essa é a minha primeira pergunta.

A outra pergunta, o senhor falou um pouquinho mais, a gente tem um acréscimo de 21% nas despesas correntes. O senhor falou que esse impacto, esse aumento foi na área de saúde, de educação. Obviamente, não temos tempo, mas se o senhor puder dar um pouquinho mais de detalhes. Se não for agora, talvez eu possa fazer um ofício para o senhor. Onde foi? Por que esse aumento de 21%, em particular nas despesas correntes, que o senhor fala que foi em

saúde e educação?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Presidente, eu aguardo as manifestações ou ao fim, eu respondo todas?

A SRA. PRESIDENTE (Rute Costa) – Não, já pode responder.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Vereadora, depois eu respondo aos demais também, em deferência à colocação da população.

No que diz respeito ao ICMS, o *slide* é o terceiro, que trata do detalhamento da receita corrente por espécie de tributo. E o que a gente observou, Vereadora, como você bem colocou, é um acréscimo, aqui, da ordem de 6,5% nominal. Ou seja, nós saímos do patamar de 2021, de 9,36 bi para 9,97 bi. Se a Vereadora observar os anos anteriores – 19 e 20 –, o volume de repasse relacionado ao ICMS foi menor expressivamente; tanto é que a oscilação foi de 25,4% de 2020 para 2021. A desoneração se verificou no exercício de 2022. Então, a tendência de incremento foi cessada especialmente pela série de benefícios que foram concedidos no plano da legislação estadual, de modo que 6,5%, que é nominal, do ponto de vista real, é praticamente nulo: é 0,7%.

A expectativa – esse debate está sendo travado em âmbito nacional, inclusive a discussão dos combustíveis – é que haja, para esse próximo exercício, o restabelecimento de uma perspectiva de crescimento da receita. Mas também não é possível aferir, porque, como eu também destaquei, a atividade de serviços tem ganhando um certo incremento, em detrimento da atividade de bens e produtos. Inclusive, esse é o foco da discussão na reforma tributária, que a gente tanto tem empenhado o esforço de dizer da manutenção da autonomia dos municípios em relação à arrecadação do próprio ISS, esse tributo municipal importantíssimo para fazer frente às despesas municipais, que são, de longe, do ponto de vista dos entes federativos, as mais expressivas: transporte, saúde, educação. Então, essa é a razão. Espero ter conseguido esclarecer a questão do ICMS.

No que diz respeito à despesa corrente, eu posso promover um melhor detalhamento no momento oportuno, mas, só para trazer aqui à luz em relação às despesas correntes, nós

tratamos do tema no *slide 2*, relacionado ao campo das despesas. E aí, as principais rubricas que sofreram incremento, eu tenho uma pequena nota, que foi fruto das minhas anotações em relação à análise do próprio material que a assessoria econômica nos preparou. Nós pulamos de um volume de treze bilhões para quinze na área da Saúde. Portanto, eu identifiquei lá, os dois bilhões, o que é uma variação nominal de 15%. Na área da Secretaria da Educação, saímos de nove para dez, com investimentos com reforma e manutenção de escolas. No campo dos transportes, nós saltamos de 4,1 para 6,5, com destaque para 1,7 bilhão de acréscimo no valor do subsídio, que é crescente. Nesse ano, nós devemos ter um valor muito grande, pela decisão administrativa, tendo em vista às condições econômicas da cidade de manter a tarifa para o usuário no patamar em que está; e também um incremento na ordem de 230% nos encargos gerais do município, que é repasse de recursos de ordem patronal, para contribuir com a previdência do servidor e a sua sustentabilidade ao longo das próximas gerações.

Então, nós estamos falando de um salto de 1,2 bilhão para 3,9 bilhões. É o incremento mais expressivo nessas despesas de ODC. Então, fundamentalmente Saúde, dois bilhões; Educação, mais um bilhão; Transportes, 1,7 na área de subsídio, fundamentalmente, e os encargos de receita de imposto de renda dos servidores, para contribuir com o fundo de previdência, na ordem de 2,6 bilhões, o acréscimo – ou seja, 230%. Esse é o detalhamento.

Depois, a gente pode promover isso, de forma mais explícita, de acordo com os quesitos que a Vereadora nos encaminhar. A nossa assessoria econômica está pronta lá para atender a demandas dessa ordem dessa Casa de Leis. A gente envia isso mais detalhado, com grau de detalhamento que nos for solicitado.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Sr. Secretário. Essa apresentação pode ficar disponível para a gente?

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – A nossa, que foi feita aqui, ficará na presidência.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Nobre Vereadora, eu me esqueci de pedir, de antemão.

Então, sempre é de praxe a gente pedir para vocês disponibilizarem para nós essa apresentação. Hoje mesmo, pode ser, Secretário? Já enviou para a Assessoria Legislativa? (Pausa) Vereadora Cris Monteiro, já está conosco.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Sr. Presidente e Sr. Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – O superávit é outro desafio que a gente precisa entender – esses vinte bilhões de superávit.

Por que ele não entra dentro desse contexto geral? Parece-me que o Sr. Thulyo fez alguma colocação sobre esse tema hoje ou já fez em outra oportunidade. Quando a gente insiste que nós temos mais de trinta bilhões em caixa, então há uma discordância entre a Prefeitura. E eu diria que entre grande parte dos Vereadores desta Casa e dos munícipes.

Nós insistimos que há mais de trinta bilhões. Há vinte de superávit e dez de restos a pagar. Eu coloquei que há um bilhão e meio que vem de 2021. E, novamente, então, já fazendo a minha intervenção e minhas perguntas, basicamente é isso, e vocês conseguem traduzir para a gente – pode ser em uma oportunidade, se hoje não há – esse número das despesas com encargos que são das terceirizadas. Isso nunca consta dentro da peça orçamentária. Então, já estou fazendo minhas intervenções, aproveitando a deixa da Vereadora Cris Monteiro.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Vereador, acho que está tudo registrado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – São centenas de rubricas e dotações.

Sr. Secretário, a sua linha de raciocínio é tranquila. Acrescentamos algumas coisas ou reforçamos outras.

Tem a palavra o Sr. Secretário.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Obrigado, Presidente, pelas colocações.

Eu sempre digo que é fundamental essa visão do parlamento, que está sempre focada no atendimento das demandas da população. O Prefeito Ricardo Nunes, que já foi Vereador, sempre destaca que o Vereador está, em todo momento, em contato com a população, sentindo as suas principais necessidades e, depois, elas são traduzidas na forma de números, que é a nossa função na Secretaria da Fazenda, para zelar pelo erário e garantir o cumprimento

das políticas públicas com sustentabilidade. Essa é a dinâmica da gestão do Prefeito Ricardo Nunes.

Então, de fato, como colocou o Vereador, a nossa perspectiva é, de fato, a existência de um caixa. É importante, tendo em vista especialmente a austeridade fiscal com que a Administração tem conduzido as suas contas com reformas estruturantes e com o empenho pessoal da Administração e do Prefeito especialmente, em atração de novos investimentos e da negociação das dívidas, para dar essa situação favorável à Administração.

No tópico da dívida consolidada, ficou evidente que o valor constante em caixa, deduzidas as obrigações, que certamente serão cumpridas pela Administração, em relação aos restos a pagar, gravita em torno da ordem de vinte bilhões hoje, dos quais doze são totalmente vinculados, ou seja, recursos para investimentos, em curto e médio prazo, que exigem a sua existência, para que os investimentos sejam iniciados e concluídos. Afinal de contas, nada pior do que uma obra pública não concluída e é exatamente essa preocupação que a Administração tem com a sustentabilidade dos investimentos, para que eles sejam realizados.

O nosso foco, portanto, foi nesses primeiros dois anos da gestão, um esforço no saneamento das finanças, um esforço da elaboração dos projetos e, agora, isso vai ficar evidente nos exercícios de 2023 e 2024, atendendo mais diretamente à necessidade e certamente, no RGF do ano que vem, o Secretário que aqui virá, trará a perspectiva do gasto em relação a 2023, porque essa é a dinâmica que o Prefeito tem cobrado de todo o seu Secretariado. Então, só esclarecendo: uma parcela expressiva dos recursos é de origem e de fonte vinculada, com necessidade de canalizá-lo para investimentos.

Destaco o incremento das despesas com transporte e com saúde; e essa é a preocupação rotineira da Fazenda, de ter recurso em caixa, para garantir a manutenção dos serviços que são disponibilizados à população. O volume expressivo de investimentos que ficou demonstrado, que gera aquele volume de restos a pagar, evidentemente impacta, nos exercícios seguintes, com a ampliação da despesa de custeio. Afinal, quando se coloca para funcionar, como foi feito na Administração do Prefeito, novas unidades hospitalares, UPAs e UBSs, a

manutenção vai ser impactada ao longo do tempo. Essa despesa de custeio precisa ser considerada e há uma pressão orçamentária constante nas despesas na área de Saúde – como ficou demonstrado em resposta à Vereadora Cris. O valor mais expressivo das despesas correntes que se acrescentou, no exercício de 2022, foi relacionado à área de saúde: dois bilhões.

Então, há um esforço concentrado do Prefeito e da sua equipe, o que nos demanda atenção aos clamores da sociedade. Ele é que vive também em contato com a população, para que a gente realize os investimentos e o custeio necessário para essas atividades.

Em grosso modo, então, é o reconhecimento da existência de um volume de caixa, fruto da austeridade, mas voltado agora ao gasto, nos próximos exercícios, para fazer frente às necessidades da população.

Quanto à despesa das OSs, ficou claro na manifestação também e eu vou aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para também agradecer a contribuição dos auditores lá do TCM, representado na fala do Thulyo, que já me fez uma grande gentileza: além de destacar os pontos relacionados à metodologia, fez as ressalvas que cabem a mim, como Secretário, para explicar os pontos metodológicos que ele identificou; e aí, eu já conecto com isso, porque uma das justificativas que ele apresentou foi exatamente aquela que nos faz não poder incluir, nesse momento, no gasto com pessoal, da ordem de 30%, o percentual relacionado ao gasto com pessoal indireto das OSs, que chegaria naquele patamar que, mais detalhadamente, enviarei para o conhecimento do Presidente.

Então, só três ressalvas que meu colega fez. A primeira delas relacionada à dificuldade de a Administração lidar com o período pandêmico e ter de fazer estimativas por uma questão discricionária, uma decisão da Administração relativamente conservadora, tendo em vista a postura de austeridade fiscal, como eu disse – então, realmente a pandemia dificultou bastante a previsibilidade em relação à qual seria o cenário econômico que nós enfrentaríamos; o aumento da Taxa Selic, que é um indicador de ordem macroeconômica, que impacta diretamente na realidade do Município, tivemos um incremento substancial no último exercício e

isso acrescentou no volume de dívida nos precatórios, e também gera um impacto em relação aos nossos contratos, porque esse é um agregado importante; e a própria normatização da STN em relação ao cômputo dessas despesas, que meu colega Thulyo bem destacou, ainda é objeto de dissídio de quem é autoridade para tratar de Finanças Públicas, em termos de contabilização, que é a Secretaria do Tesouro Nacional sobre computar ou não.

Quero destacar aqui, aproveitando a oportunidade para dizer que vamos enviar, com mais detalhamento, para o Presidente. Isso é importantíssimo, a nossa assessoria econômica tem essa finalidade, e dizer que a Secretaria da Fazenda está atenta aos apontamentos apresentados pelo TCM, nesse trabalho muito importante que os auditores fazem no controle das contas públicas, e tenta dar respostas a isso dentro, evidentemente, das opções discricionárias que a Administração tem feito. É importante dizer: a Administração e o Legislativo, que é o verdadeiro titular do orçamento público. Então, o projeto de lei é enviado para cá e aprovado por essa Casa de Leis e, portanto, o orçamento e a sua execução refletem a opção política que foi feita por essa Legislatura e pelo Prefeito Ricardo Nunes.

Acho que, com isso, procurei abordar não só a sua manifestação Presidente, mas também contemplar a fala do meu colega, do Tribunal de Contas, muito bem também apontada em relação às nossas contas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Vereador Isac Felix? (Pausa)

Bom, não há dificuldade. Nós... acho que esse debate prossegue. Pois não, Vereadora Rute Costa.

A SRA. RUTE COSTA – Secretário, primeiramente, gostaria de agradecer.

É lógico que o grande volume de informação que o senhor trouxe, hoje, vamos passar uns dias para estudar e digerir, embora saibamos que todo o orçamento passa por essa Comissão, mas o desdobramento para a cidade é algo, realmente, gigantesco e, para mim, particularmente, assustador. Quando olhamos para os números, nos assustamos bastante.

Quando falamos de orçamento, execução de orçamento, e estamos falando de Executivo, e quando temos um olhar, como o nosso, que é mais para a população e ao cuidar

do Legislativo, que é o que realmente nos traz a essa Casa, foi o que o representante do TCM disse sobre o empobrecimento não só por causa da pandemia, que foi mundial, mas para nós que somos um país, realmente, mais na linha do Terceiro Mundo – vamos dizer assim – a pandemia trouxe, realmente, empobrecimento e o adoecimento da nossa população, levando muita gente para rua.

E o fato de levar muita gente para a rua – concordo com o Sr. Antonio – trouxe um volume grande de sujeira na cidade. Não quero atribuir isso só ao número das pessoas em situação de rua, mas também ao empobrecimento da cidade.

Nós tínhamos um *déficit* muito grande na fiscalização desses acontecimentos, que foi algo que nós estamos tentando equalizar, Sr. Antonio, e – respondendo ao Pirata – equalizando e criando oportunidades de emprego. Agora mesmo, nós fizemos um PL para aumentar o quadro de fiscalização, porque esta Casa valoriza os funcionários públicos. A gente entende a necessidade das terceirizadas, mas os valorizamos. A gestão Covas/Ricardo tem o compromisso de valorizar os funcionários e melhorar a cidade.

Os percalços foram muitos. Pergunto ao Secretário qual é a maior dificuldade da Prefeitura e da Secretaria de Finanças na execução de todo o orçamento que a gente consegue aprovar nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereadora Rute.

Anuncio a presença dos Vereadores André Santos e Coronel Salles.

À pergunta feita pela Vereadora Rute, eu gostaria de acrescentar que eu convivi durante seis anos, nesta Comissão, com o agora Prefeito Ricardo Nunes e eu tive a honra de designá-lo relator por duas vezes. O Prefeito vem da periferia da cidade e é meu vizinho. Isso é uma novidade para a cidade. O Pirata o desafiou a ser bem melhor, mas eu digo que ele é uma pessoa que quer fazer coisas pela cidade.

Hoje, contamos com a presença do Secretário, não só o da Pasta da Fazenda. Inclusive, hoje, há duas audiências públicas para retratar o último quadrimestre da Saúde e também há uma para a Educação. Então, não só a Secretaria Municipal da Fazenda, como

outras Secretarias estão no trato com esta Casa e, quanto a isso, não há o que reclamar.

Eu costumo dizer que, nos últimos anos, houve uma capacidade enorme de arrecadar e uma incapacidade muito grande de gastar. Isso eu disse ao Prefeito Ricardo Nunes, quando tive a oportunidade.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – E gastar direito. Muito bem.

Eu diria que o Prefeito e a Secretaria estão gastando direito, mas poderiam gastar muito mais. Obviamente, como o Secretário disse, tinha que se criar uma saúde financeira no Município, mesmo que a gente ache que essa é uma visão ortodoxa. Mas isso não vem deste Governo; desde que eu estou nesta Casa, há essa tradição de equacionar a questão da dívida. Por isso que hoje, o Secretário disse que a saúde financeira do Município vai muito bem, obrigado. No entanto, a saúde da cidade não anda bem.

Eu acho que esse é o grande desafio, porque neste ano, houve uma arrecadação de aplicação financeira em torno de quatro bilhões de reais. Portanto, eu volto a dizer que o dinheiro do município não é para entrar no mercado financeiro, mas para ser aplicado na cidade. Claro que choveu além da conta, mas eu acho que o Prefeito é um camarada bem-intencionado, se a lógica dele, realmente, era para que nos dois últimos anos ele pudesse... Cada um tem sua forma, sua estratégia de governar.

Então, pelo que me consta – e o Secretário acho que deixou muito claro isso também – que houve dois anos para deixar a saúde financeira do município e criar um caixa razoável para poder executar aquilo que está dentro do Plano de Metas e, pelo que me consta, poderemos ir além do que consta do Plano de Metas baseado nos números que temos da cidade. Então, acho que teve esse problema.

Essa coisa de segurar e de aumentar o caixa fez com que a população sofresse, por mais que houvesse ações. O Prefeito tem 10% de remanejamento. Mesmo com a pandemia, que houve aportes extraordinários e foi necessário na área da Saúde, na área da Assistência, ele não chegou em 10%. Quer dizer, há uma liberdade enorme. Esta Casa faz o debate, mas o

Prefeito nunca teve dificuldade de aprovar os orçamentos nesta Casa para que ele pudesse desenvolver.

Então, acho que o grande desafio é isso. Acho que tem que fazer essa reflexão, de que esse dinheiro parado fez com a população de São Paulo sofresse mais no período da pandemia. E que a capacidade de investimento da cidade de São Paulo é muito fraca baseada no que temos em caixa na disposição financeira.

Aí, entra a questão do funcionalismo público e a gente pergunta. Claro, também houve avanços. Foram contratados em torno de cinco mil concursados, mas todos os Secretários que vem – aqui não é uma secretaria de execução financeira –, falam que há falta de um efetivo. E eu sempre coloco que houve prorrogação dos concursos em função da pandemia, porque ele tem um tempo de vida também, que eu acho uma coisa injusta. Então, eu acho que também temos condições e caixa para contratar. Vamos parar um pouco a lógica de terceirizar tudo.

Olhem as Casas de Cultura. Vamos ter uma audiência, dia 9, porque há uma disposição do governo e já há um edital que estamos pedindo que segurem para terceirização também das Casas de Cultura.

Então, quando o Estado vai tirando de si a responsabilidade na lógica de ir jogando para outro, imagina, V.Exa. foi comandante da Polícia Militar, imagina esse comando terceirizado. Permita-me essa comparação. Pensamos que não, mas outros setores são isso. Ou seja, o Estado se demonstra incompetente quando ele diz que tem de eu terceirizar tudo, privatizar tudo.

Então, eu faria esse questionamento que esse caixa e que a celeridade das coisas, nobre Secretário, acredito que precisa correr muito. Até hoje, eu fiz uma brincadeira com o Secretário. Eu falei: “como é que vocês vão conseguir gastar tanto dinheiro?”. Essa questão do funcionalismo público, a valorização.

Houve, sim, Vereadora Rute Costa, avanços, aprovamos projetos do ponto de vista de qualificação, renumeração, plano de cargos e carreira. Acho que nesse aspecto, inclusive a Bancada do PT votou favorável. O relatório do orçamento, votei favorável. Considerei que houve

avanços do ponto de vista de ouvir a população, as demandas, as reivindicações. O relator Vereador Dr. Sidney Cruz fez um grande trabalho nesse sentido de ouvir as pessoas e nós devolvemos um relatório bem melhorado para o Executivo.

Então, eu acho que são os desafios que eu coloco, meio que mostrando um pouco de tudo. Acho que esta cidade tem todas as condições de ter um grande governo. Quero dizer que, mesmo sendo oposição, torço para que melhore muito a cidade. Acho que precisa melhorar muito e há condições para isso.

Então, basicamente, seria isso, Secretário. Estou na fase de encerramento. Não sei se V.Exa. quer fazer mais alguma observação.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Só uma manifestação final para atender as reivindicações do Vereador, da Vereadora e dos populares que falaram também. Pode ser, rapidamente?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Pois não.

O SR. RICARDO EZEQUIEL TORRES – Anotei alguns pontos.

Primeiramente, gostaria de parabenizar a Comissão de Finanças e Orçamento pelo brilhante trabalho que fez na condução da aprovação da Lei Orçamentária deste ano, especialmente.

Como disse o Vereador Jair Tatto, nosso Presidente, de fato, o trabalho desta Comissão e desta Casa de Leis foi muito importante para emular a Peça Orçamentária que foi enviada pelo Prefeito Ricardo Nunes e pela Secretaria da Fazenda, que é o órgão técnico que fez.

Destacar, rapidamente, apenas para registro, respondendo ao *Rapper Pirata*, que se manifestou, a Administração tem focado em fazer investimentos que às vezes não aparecem.

Daquele volume de investimentos que eu relatei, um volume expressivo está em obras de drenagem. Nós vimos, agora, a repercussão que isso teve. A cidade enfrentou momentos de bastante chuva e, felizmente, não tivemos nenhuma repercussão maior. Às vezes, a obra não aparece tanto, mas o investimento está sendo feito. Isso é uma demonstração do

cuidado.

É evidente que também o cenário pandêmico fez com que as prioridades fossem invertidas. Durante o período da pandemia, o foco foi com gasto em despesas correntes para aquele momento específico que exige que a contratação seja feita em um critério pontual para o momento, para enfrentar a pandemia, o que fez a cidade ser classificada como a capital mundial da vacina, inclusive.

É evidente que esse trabalho do Parlamento, democraticamente, é fundamental para aperfeiçoar as nossas práticas. De modo que, todas as manifestações, especialmente as do nosso Presidente, o Vereador Jair Tatto, um democrata, que fez brilhantes exposições sobre a sua perspectiva de visão sobre a questão orçamentária vão ser contempladas por nós, analisadas e levadas em consideração, em respeito à representação popular que o Vereador tem nesta Casa de Leis.

Respondendo também à Vereadora, as áreas fins estão empenhadas, como o Prefeito nos cobra, para a execução do orçamento. Mas é importante destacar que nós temos foco na qualidade do gasto. Não é simplesmente gastar, mas gastar de forma sustentável. E aí o investimento, um volume desses valores que estão represados, certamente são para que a obra não fique parada ao longo do tempo.

A gente sabe que o cronograma de execução das obras não é exatamente aquele do desencaixe financeiro que a gente precisa fazer para atingir os resultados que se espera de maior gasto. Sem dúvida alguma, é uma confluência de esforços de toda ordem da Administração focada na análise das demandas da população, para atender aquilo que a cidade espera.

Só uma manifestação final para tentar aplacar todas as demandas colocadas, e meu registro em nome do Prefeito Ricardo Nunes e de toda a equipe da Fazenda, de agradecimentos a esta Casa pela forma também como tem nos tratado.

É nosso dever, como disse o Presidente Vereador Jair Tatto, atender a população e esta Casa de Leis que é onde está manifestado fundamentalmente o poder.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Secretário.

Quero informar que amanhã, dia 28, às 10h30, neste auditório, Auditório João Brasil Vita, haverá a instalação da Subcomissão da Juventude. Na sequência, às 11hs, faremos a instalação da Subcomissão Tarifa Zero.

A Subcomissão da Juventude é uma proposição do Vereador Isac Félix e a Subcomissão Tarifa Zero vai começar a debater o estudo, que também o Prefeito e a Fazenda devem estar empenhados nesse assunto. A Câmara está ansiosa para receber esse estudo sobre a possibilidade da tarifa zero de forma universal na cidade.

Então, 11hs, Subcomissão Tarifa Zero, ocasião em que serão indicados e eleitos os Presidentes, Vice-Presidentes e Relatores.

Comunico também que, após o retorno da consulta feita com a Secretaria Municipal de Cultura, a Comissão de Finanças e Orçamento realizará audiência pública semipresencial no dia 9. Das datas propostas, a Secretária se dispôs a estar conosco no dia 09/03/2023, às 10hs, no Salão Nobre Presidente João Brasil Vita, para discutir a gestão compartilhada das Casas de Cultura, conforme requerimento de minha autoria e da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

Muito obrigado, Secretário e equipe técnica. Obrigado, Thulyo, equipe técnica do Tribunal de Contas do Município. Mandem meu abraço ao Dr. Eduardo Tuma.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a audiência pública.